

mercado

Metade das empresas inicia o ano com lucro em queda, afirma FGV

Repique na pandemia e fim do auxílio apontam piora nos resultados, dizem pesquisadores

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Praticamente metade das empresas brasileiras iniciou 2021 com lucro abaixo do registrado no mesmo período do ano passado, de acordo com levantamento do FGV/Ibre realizado em janeiro com 4.044 companhias da indústria, comércio, serviços e construção. A sondagem especial mostra que 48% das companhias reportaram lucros menores, 35% informaram estabilidade e 17% afirmam ter registrado um resultado melhor que o de janeiro de 2020, período anterior ao início dos efeitos econômicos provocados pela pandemia.

Na avaliação dos pesquisadores do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), o recrudescimento na pandemia e a retirada do auxílio emergencial são fatores que apontam para uma piora desses resultados nos próximos meses, revertendo a expectativa de que o país estava no rumo de recuperar as perdas do ano passado.

A indústria é o setor com maior percentual de empresas que registram aumento no lucro (26%), com destaque para os segmentos farmacêutico, químico e de minerais não metálicos, nos quais cerca de metade das companhias reportaram ganhos. No sentido oposto, as indústrias de vestuário e de couros e calçados têm quase 90% dos empresários registrando perdas.

Os serviços se destacam pela quantidade de companhias com queda nos resultados (62%), percentual que está em torno de 90% nos segmentos de alimentação e alojamento, aqueles que estão entre os

mais afetados pelas restrições de mobilidade impostas pela crise sanitária.

No comércio, que vinha comemorando bons resultados em 2020 com as vendas de produtos essenciais e o aumento nas vendas por canais online, 48% das empresas tiveram queda no lucro em janeiro e 18% reportam ganhos, números próximos da média geral de todos os setores. Nesse setor, o destaque negativo é o segmento de tecidos, vestuário e calçados, com quase 8 de cada 10 empresas reportando perdas.



Neste primeiro trimestre, a tendência é que fique mais difícil, não só para aqueles setores que vinham com uma situação desafiadora como para aqueles que vinham reportando lucro. As pessoas estão com medo do desemprego, continuam poupando

Viviane Seda Bittencourt
coordenadora da Superintendência-Adjunta para Ciclos Econômicos do Ibre e responsável por pesquisas como a Sondagem do Consumidor

“Essa é uma pergunta que a gente fez em janeiro, em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi um dos últimos meses antes da pandemia. O destaque negativo fica para a indústria têxtil e serviços, principalmente aqueles que demandam algum tipo de aglomeração. São setores que ainda estão muito impactados pela pandemia e hoje não têm uma perspectiva de que vão conseguir se recuperar. Dependem muito da vacinação”, afirma o coordenador das Sondagens do Comércio e de Investimentos do FGV Ibre, Rodolpho Tobler.

Ele afirma que, mesmo no comércio, a continuidade dos bons resultados de alguns setores pode ser afetada pelo fim do auxílio emergencial e a redução da massa salarial. Nos supermercados, por exemplo, 23% registram aumento de lucro; 28%, queda e 49% falam em estabilidade.

“O cenário que a gente tem observado é um primeiro trimestre com consumo muito reduzido, consumidores cautelosos. O aumento nos casos de pandemia faz com que haja uma menor circulação de pessoas do que no fim do ano passado, e também tem a questão da finalização do auxílio emergencial.”

Viviane Seda Bittencourt, coordenadora da Superintendência-Adjunta para Ciclos Econômicos do Ibre e responsável por pesquisas como a Sondagem do Consumidor, destaca que mais da metade das empresas nos serviços prestados às famílias, que englobam alimentação e alojamento, e da indústria de vestuários, teve queda no lucro superior a 30%.

Quase metade das empresas tiveram lucro afetado pela pandemia

O lucro da empresa foi afetado pela pandemia?

Por setor, em %
■ Sim, está acima do mesmo período do ano passado
■ Sim, está abaixo do mesmo período do ano passado
■ Não, está estável em relação ao ano passado



Qual a queda do lucro?

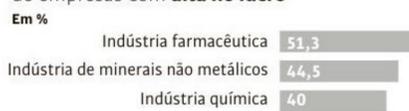
Por setor, em %
■ Até 20%
■ De 21% a 50%
■ Acima de 50%



Segmentos com maior percentual de empresas com queda no lucro



Segmentos com maior percentual de empresas com alta no lucro



Fonte: Sondagem quesitos especiais FGV Ibre. Foram ouvidas 4.044 empresas

Brasileiro renegocia empréstimos para melhorar perfil da dívida

Larissa Garcia

BRASÍLIA Em meio à pandemia, além do fôlego financeiro do auxílio emergencial, os brasileiros consumiram menos e fizeram poupança.

Nesse contexto, muitos aproveitaram a sobra de recursos e o afrouxo regulatório para renegociar dívidas antigas e tentar condições melhores de pagamento.

De acordo com dados do Banco Central, as concessões para composição de dívidas, quando o cliente faz acordo para unir mais de uma modalidade de crédito em uma só, aumentaram 72,7% em 2020.

Com isso, o saldo do sistema financeiro subiu 61,1% no ano. “Quando as pessoas têm mais recursos disponíveis, elas tendem a buscar linhas mais baratas de crédito, que exigem mais planejamento. No aperto financeiro, elas procuram modalidades mais caras, porque são mais acessíveis e emergenciais. Então o auxílio, a poupança e o consumo menor contribuíram para esse movimento”, diz o economista e professor da USP Paulo Feldmann.

Segundo a autoridade monetária, o mais comum nesse tipo de negociação é que linhas rotativas, como cheque especial e cartão de crédito, sejam trocadas por uma modalidade mais barata, como crédito pessoal ou consignado, para baratear os custos.

Para o BC, o aumento dessa modalidade foi causado pela pandemia, que alterou as perspectivas, no caso dos bancos e dos clientes.

“É natural, nesses casos, o aumento das renegociações de crédito buscando adapta-

ções às novas condições. Ou seja, em 2020 houve estímulo às renegociações de dívidas, com agências institucionais financeiras se antecipando aos clientes, oferecendo a possibilidade de extensão de prazos e/ou redução de taxas de juros”, diz a autarquia em nota.

“Foi uma peculiaridade de 2020. Além da vontade das pessoas de renegociar, os bancos também melhoraram o relacionamento com os clientes e ficaram mais solícitos na hora de oferecer produtos de menor risco, até pelo momento de incertezas em que o risco de inadimplência aumenta”, afirma Rafael Schiozer, professor de finanças da FGV.

Segundo o especialista, a queda dos juros básicos — a Selic —, que está a 2% ao ano, facilitou esse tipo de acordo. Além disso, em abril do ano

passado o BC publicou norma que facilitou a renegociação. Pela regra, que ficou em vigor até dezembro, empréstimos atrasados devem permanecer na classificação de risco anterior a fevereiro de 2020.

A classificação de risco é calculada de acordo com o perfil e com o histórico do cliente e mede o potencial de inadimplência daquela operação. Quando o tomador atrasa o pagamento, o crédito cai de categoria e o banco precisa provisionar mais recursos e, em consequência, cobrar mais juros.

Provisão é o valor que os bancos têm de manter em caixa para assegurar a operação. Quanto maior é o risco de calote, maior é esse montante.

As renegociações para melhorar as condições da dívida podem ter sido ainda mais expressivas.

Nas estatísticas do BC, a modalidade “composição de dívidas” inclui somente as renegociações que envolvem mais de uma modalidade. Acordos que ocorrem dentro da mesma linha, com alteração de prazos ou taxas, mas sem migração para outro tipo de crédito, permanecem em suas rubricas iniciais.

Para o economista-chefe da consultoria Análise Econômica, André Galhardo, a tendência é que a modalidade não permaneça em crescimento expressivo neste ano.

“Provavelmente com o fim do auxílio e o desemprego em alta, além da baixa atividade econômica, as pessoas devem retornar para linhas mais caras. Muitos já estão consumindo itens básicos, como alimentos e combustíveis, no cartão ou no cheque especial.”

O analista pondera que a

Bitcoin é cotado acima de US\$ 50 mil pela primeira vez

O bitcoin superou nesta terça-feira (16), pela primeira vez, a marca de US\$ 50 mil e atingiu nova máxima recorde, ampliando o rally alimentado por sinais de que a maior criptomoeda do mundo está ganhando aceitação. O bitcoin atingiu a nova máxima de US\$ 50.602 durante o dia. A criptomoeda avançou cerca de 72% até agora neste ano, com a maior parte dos ganhos acontecendo após a fabricante de carros elétricos Tesla dizer que comprou US\$ 1,5 bilhão em bitcoin. A empresa de Elon Musk também disse que vai aceitar a moeda como pagamento.

alta no mercado de crédito nem sempre é saudável, especialmente se a economia está fragilizada. “Quando vemos o crescimento dos empréstimos e o endividamento das famílias para consumo de bens duráveis, por exemplo, é positivo porque elas estão confiantes de que vão permanecer no emprego e de que a economia está estável, então assumem esse compromisso. Se há incertezas e as pessoas estão se endividando, é preocupante.”

Além de diminuir os custos, as renegociações permitem que os tomadores voltem a tomar novos financiamentos.

Em outra frente, no período mais crítico da pandemia, os maiores bancos promoveram prorrogações de parcelas de empréstimos para quem pagava em dia. Embora não melhore o perfil da dívida, a

iniciativa promoveu alívio financeiro àqueles que perderam renda na crise.

Ao todo, foram 14,6 milhões de contratos de pessoas físicas com parcelas prorrogadas de 16 de março, período de intensificação das medidas de distanciamento social, até o fim de 2020. Foram R\$ 59,7 bilhões em parcelas prorrogadas (R\$ 481,4 bilhões o montante total renegociado).

Galhardo lembra que o auxílio emergencial e a postergação das parcelas evitaram que a inadimplência subisse em meio à pandemia, mas que agora há risco de elevação.

Os calotes em financiamentos chegaram ao menor nível da história em dezembro, com 2,1%, redução de 0,1 ponto no mês e 0,8 ponto no ano.

O endividamento das famílias com os bancos, por sua vez, alcançou 50,3% em outubro, maior nível da série, iniciada em janeiro de 2005. O cálculo considera o estoque dos financiamentos da família em relação à sua renda em 12 meses.

Já o comprometimento da renda mensal do brasileiro com parcelas de empréstimos chegou a 21,7% e se igualou a setembro de 2015, quando o percentual tinha sido o maior.

A estatística é divulgada com defasagem por levar em conta a média móvel trimestral. Por isso, o dado mais recente disponível é o de outubro.

“Esse é um risco à retomada da atividade, principalmente com o alto índice de endividamento das famílias. Elas estão com a renda comprometida e terão mais dificuldades com menos recursos disponíveis em um momento em que a incerteza ainda é grande”, diz Galhardo.

